

CDU 930.1:304

EPISTEMOLOGIA HISTÓRICA E TAREFAS SOCIAIS

João Alfredo de Sousa Montenegro

Tarefa urgente, entre nós, a de repensar a epistemologia histórica. E por uma razão imperiosa: a de ir estruturando um pensamento em sintonia com as novas exigências da Historiografia.

Sente-se que esta deve atualizar-se em face dos objetivos da mudança social, alcançando níveis apreciáveis de pragmatismo, de operacionalidade. Um engajamento profundo com a problemática nacional/regional abre-se impositivamente, apontando para lúcida aproximação entre o processo histórico e o pensamento historiográfico, conforme observação de José Honório Rodrigues.¹

Malgrado o progresso alcançado pela ciência de Heródoto no Brasil, muito há ainda por se fazer com vistas àquela aproximação.

Os obstáculos, as dificuldades, despontam por todos os lados, a começar pela exíguas prática de teorizar a história entre os que a escrevem, contando-se nos dedos o número de publicações a respeito.

Assusta e cria ansiedades injustificáveis a afirmação abalizada de que se tem de encetar esse trabalho, sob pena de resultar uma produção sem critérios unificantes, dispersa em visões soltas, desatenta ao papel dos métodos e dos propósitos sócio-institucionais, das práticas experimentais, das linhas de pesquisa, para não ir adiante.

Isso induz extensos debates, a apropriação de uma consciência histórica que falta entre nós, algo a se obter com relativa demora diante do quadro persistente do complexo institucional, da universidade.

De início, cumpre proceder a uma ampla avaliação do que se consumou de positivo e de negativo no painel da historiografia brasileira, buscando revigo-

rar as vias progressistas, os caminhos fecundos, na tentativa de se firmarem perspectivas globalizantes para o escrito histórico. De sorte que este vá crescentemente encontrando sólidas bases epistemológicas e axiológicas, novos horizontes sociais, metodologias e técnicas maleáveis no ensaio de correspondência aos planejamentos comunitários. Algo a ser colocado e trabalhado em meio de intensa problematização, de constante exercício crítico.

A instância universitária, os núcleos de pesquisa histórica e social, as agências de desenvolvimento que estimulam projetos no setor, ou que tendem a fazê-lo a médio prazo, os institutos históricos, os órgãos técnicos que indiretamente se envolvem com a matéria, integram o complexo institucional agora chamado a discutir, a opinar, a apoiar a missão de revisar a produção historiográfica, o projeto de uma escritura histórica em moldes funcionais, a serviço do plano do desenvolvimento. E fecundando, sem perder de vista o conjunto nacional, antes fortalecendo-o, a regionalização em grande escala daquela produção, como recurso de unificação das atividades teórico-práticas no plano superior da instância crítica mais autorizada — a da história global.

Diga-se, porém, que tal leva, a partir de concepção socializante, à exclusão do pensar e do fazer elitistas na operação histórica.

Entende-se que a operação em objeto deve, numa meta a ser atingida a longo prazo, compor-se com o trabalho produtivo desenvolvido nos setores da economia, na promoção das comunidades, no complexo institucional. De sorte que o "lugar" da pesquisa histórica se globalize na extensão do possível, no decurso da prática social, da abertura política, sob a égide da mudança.

A história global representa, com efeito, uma conquista não apenas teórica, em harmonia com a renovação metodológica que descobre ou valoriza novas fontes ou técnicas, a atividade interdisciplinar. Ela pressupõe mesmo a crescente exploração da realidade social, o apanhar relações e aspectos inéditos ou subsumidos dessa realidade, proporcionando-lhe maior integração.

Nisso se organiza a "visão" recriada e enriquecida do presente, o pensamento histórico, nitidamente político-ideológico. O que, portanto, se faz consequência do trabalho, agente modificador por excelência daquele "lugar", propiciando funcional aproximação entre o nível institucional e as bases sociais.

O nível institucional tutela a pesquisa histórica e lhe fornece critérios, suporte administrativo e de pessoal, instrumentos.

Ele se modifica gradualmente com a cooperação fortalecida no seu interior, com o entrosamento dinâmico entre órgãos públicos, paraestatais e privados, no afã de socialização da mesma pesquisa, condição imprescindível da atualização de sua racionalidade. Porque é de se reconhecer que os impasses estruturais e funcionais a que chega a produção historiográfica entre nós, reside basicamente nesse ponto, na persistência inaceitável de uma divisão de tarefas excludentes entre a universidade, entidades públicas e associações culturais, como os institutos históricos, todos direta ou indiretamente comprometidos com pesquisa, nem sempre rigorosamente histórica e às vezes econômica, social, etc, mas, afinal de contas, constituindo material histórico, de qualquer modo auxiliando a dita globalização.

Observe-se que isso envolve uma postura educacional inteiramente renovada e engajada na problemática social. E uma problemática submetida ao plane-

jamento global, e em perfeita sintonia com a finalidade de fazer crescer as correlações operacionais entre os setores.

A aprendizagem inspira-se, então, em valores atinentes com o cuidado da mudança.

Ensina o mestre Florestán Fernandes, ao situar o avanço da pedagogia em Cuba, coerentemente com as radicais transformações ali ocorridas e em prosseguimento, que a "aprendizagem não se faz totalmente nas escolas, porém, a escola, em uma sociedade em transição para o socialismo, tem de deixar de ser uma instituição especializada, segregada do meio social e artificialmente perdida dentro de si mesma". 2

Transpondo o problema para o contexto brasileiro, atenuando-o nas condições e nos desdobramentos que comporta, é de se aceitar a tese segundo a qual a pesquisa histórica definir-se-á com plena rentabilidade ao compor funcionalmente o processo pedagógico, também agilizado com o aprimoramento dos mecanismos de extensão.

Então, a clássica tríade universitária ensino-pesquisa-extensão alcançará a dinâmica que ainda não alcançou. E a cooperação institucional se firmará, desta forma, elastecendo a consciência social, descobrindo perspectivas totalizantes numa realidade a abrir-se em campos inéditos de socialidade, aprofundando a historicidade, adensando as correlações dialéticas entre os patamares, as hierarquias do universo sociocultural e político, redefinindo a história social, a história econômica, a história das idéias, etc. Do que se depreende a importância de uma formação universitária aberta, viabilizada pelo concurso do trabalho comunitário, da participação de alunos e de professores na elaboração e no prosseguimento dos projetos sob a jurisdição de órgãos técnico-administrativos.

Trata-se de uma prática que institucionaliza, de imediato, o pluralismo heurístico, a diversificação maior das fontes históricas, pelo contacto direto e constante com uma gama imensa de materiais, como relatórios de empresas, levantamentos estatísticos da vida socioeconômica de uma região, apenas para dar uma idéia do quanto a pesquisa passaria a contar com numerosas informações, sem citar os tradicionais acervos dos arquivos, das bibliotecas e dos cartórios.

Aí está um riquíssimo depósito a estimular a crescente tematização de situações e de realidades, até então vistas com indiferença, ou não havendo sequer chegado ao limiar da terminologia e da estrutura conceitual da História.

Um exemplo: aspectos da mentalidade camponesa explorados em sintonia com a hegemonia oligárquica num delimitado espaço geográfico, gerando discursos apenas parcialmente conflitantes. O que demanda o exame detido do vocabulário social e político de camadas sociais, das conotações valorativas que engendra, dos códigos hermenêuticos aí erguidos, da interferência dos determinismos econômicos e dos papéis no quadro. Tudo isso produzindo diferentes níveis de mudança, de transição.

Tal se faz realmente inédito numa historiografia de poucos vôos como a nossa, e despertaria forçosamente a abertura de larga frente de investigação dentro de horizontes afinados com o trabalho social.

Assim, a escritura histórica se situaria no plano do encontro dialético teoria-praxis.

Eis aí um ponto-chave na revisão epistemológica da história em função de uma presença acentuada da *praxis* na produção historiográfica.

Vale dizer: a ciência de Clío reconstituindo-se no prolongamento daquele trabalho social. O qual cada vez mais a assimila, tornando-a componente e agente seus.

Para tanto, utiliza todas as mediações institucionais e conjunturais possíveis.

Certamente que se deve atentar para a grandiosidade do projeto em pauta, e que possibilita a prefalada revisão epistemológica. Trata-se de algo a ser cumprido a longo prazo, acompanhando *pari passu* a mudança social, com as suas desritmias, os seus retrocessos e os seus impasses. Mas nisto está a medida de sua exequibilidade, por paradoxal que possa parecer. Pois ao se manifestar com larga amplitude e complexidade, faz-se utópico, no sentido de uma antecipação lúcida, consciente do futuro possível. Isso deixa notável acervo de alternativas, de caminhos para conquistas duradouras, firmes, em etapas posteriores de sua tramitação processual. E à proporção que forem brotando oportunidades, meios e técnicas, critérios renovados e estratégias eficazes, impulsionando-o.

Registre-se que há aí autêntico processo, criando descontinuidades, produzindo rupturas, ensejando situações emergentes, sob o vigor de dialética recorrente no bojo do complexo institucional, nos setores da sociedade global.

Existe, portanto, uma intercorrência contínua entre as formulações teóricas e metodológicas da história, a produção historiográfica e a problemática sócio-institucional. Coisa que se mostra mais concretamente à medida que se aperfeiçoa a cooperação entre os órgãos envolvidos direta ou indiretamente na operação histórica.

Desse modo, obtém-se a enunciação fundamental acerca do que caberia denominar "realismo epistemológico".

Quer-se significar a construção de propostas teóricas, de métodos, de técnicas, pelos agentes do conhecimento histórico, no decurso de um trabalho social.

Dai não vem que se deva abandonar, como material alienatório ou abstrato, a importante contribuição da historiografia estrangeira. Seria um despau-tério, uma insensatez. É um material que atende, notoriamente naquilo que oferece de mais criativo e avançado, a aspirações, a problemas reais, próprios de sociedades desenvolvidas, mas integrados na mesma civilização ocidental e, por consequência, apresentando afinidades e analogias com "situações" dos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento. Tais como a opressão dos grandes grupos econômicos, os abusos gerados pela poluição, a crise dos padrões morais, as repercussões do crescimento econômico com o emprego elevado de tecnologia sobre a personalidade humana, deteriorando-a, sobre o esmaecimento das atividades culturais, religiosas e artísticas. Coisas assim que são também exportadas para a periferia do mundo capitalista.

Não há como deixar de reconhecer a grande valia da Teoria da História, da Historiografia em geral em França, na Alemanha e em outros países adiantados. Sem tal contribuição longe estaria do nível que alcançou a pesquisa nesse domínio. "Modelos" de alta racionalidade, e viáveis em qualquer cultura, provêm

daí, cobrindo extensa área interdisciplinar e trazendo a modernização dos enfoques, melhor controle heurístico. Diria mais: rasgando horizontes para uma percepção nítida da mudança, como processo histórico globalizante e, portanto, situando-o no eixo da epistemologia e das práticas das ciências humanas.

Na verdade, a revolução epistemológica que ocorre também no âmbito destas últimas, e em consonância com o processo de historicização que as colhe, vai por conta de dinâmica implicação dialética entre a teoria e a *praxis*. Concerne a um processo universal, cuja avaliação crítica e cuja deflagração consciente creditam-se bastante ao Marxismo. A tematização pertinente não se concluiu ainda. Longe está de um paradeiro, considerando-se que o Marxismo é algo em construção. Pela sua condição essencial de método. De forma alguma constitui um "sistema" acabado. Explicação última: o caráter político que reveste. E inerente a uma história *operacional*. Vale a pena apresentar a judiciosa análise de Pierre Vilar:

"No oceano de seus artigos sobre a atualidade e de sua correspondência, Marx constantemente faz 'história' no sentido cotidiano do termo. Fala 'história' como fala 'política', com o único desejo de estabelecer, não certezas, mas conjuntos de probabilidades que sejam, como hoje se diz, 'operacionais'. Não é pelo prazer (que segundo Raymond Aron define o historiador) de 'fornecer ao passado a incerteza do futuro', mas, pelo contrário, na esperança de reduzir o campo da incerteza para ambos. Isso ainda não é 'ciência'. Marx não possui a esse respeito qualquer ilusão. Trata-se de um exercício do pensamento com um alcance singular se meditarmos que pensar politicamente exato é pensar exato historicamente. 3

O Marxismo assim posto, de natureza profundamente dialética, favorece a captura das realidades nacionais/regionais. Não conduz uma estrutura conceitual apriorística, definitivamente formulada. A qual congrega instrumentos analíticos auxiliares na codificação hermenêutica das conjunturas, da formação social de um povo, dos eventos significativos. E apenas auxiliares. Fala-se de uma estrutura conceitual a recobrir o espaço dos múltiplos saberes, com funções definidas na sociedade global. Ela própria se articulando com a ação social, com os campos de historicidade, e neles se recompondo. De modo que se redefine ao sabor das dinâmicas históricas, e se torna, após largo percurso temporal, estrutura conceitual existencial; não mais meramente analítica, conforme a lúcida observação de Henri Marrou. Vale dizer: obtém o estado total de depuração pelos fatos, no contacto verticalizado de uma "situação", de uma evolução nacional, de um perfil de desenvolvimento regional. Retornam, então, os conceitos analíticos enriquecidos, adensados de concreção, melhormente aparelhados para novas prospecções da realidade. Redobrado mesmo o potencial de sua instrumentalidade. Porque amadurecidos na *praxis* criativa, especialmente aquela voltada para a mudança, que lhes proporciona a capacidade de redimensionar, no planejamento social, a totalidade das correlações funcionais, numa linha de historicidade realista. É quando a História e as ciências humanas em geral estabelecem vínculos metodológicos, teóricos, em torno de um eixo comum, ajustando-lhes unitariamente as perspectivas.

Isto posto, acentue-se a dominante efervescência de um pensamento que caracteriza o tempo acelerado do presente, reconstituindo criativamente as bases da historiografia.

E a revolução epistemológica prossegue, desta vez dimensionando-se sempre mais originalmente nos países em desenvolvimento, cujos contextos socio-culturais e econômicos passam pelos dissabores, pelas dificuldades da crise de transição.

Os historiadores aí se encontram atônitos, e desafiados para a criatividade. A partir mesmo de um pensamento fecundante de novos rumos, de novas posturas. O que se vem fazendo em meio à luta ideológica, acirrada no período pelas correntes que respondem a apelos políticos, declaradamente ou não, e relacionados com "modelos" de mudança social, de desenvolvimento.

Isso significa um engajamento autenticamente social do historiador, que indica responsabilidade perante a problemática nacional, diante da qual nenhum cientista, nenhum pensador deve manter-se indiferente.

Nesse passo, afloram algumas questões, concernentemente à tarefa em destaque.

Como se definir o pesquisador (historiador e cientista social) em termos daquele engajamento?

Este supõe o assentamento de *pr*-missas fundamentais.

Quais seriam elas?

Como se conservar o mesmo pesquisador equidistante ao analisar ou interpretar os eventos, assumindo, necessariamente, inevitavelmente, uma posição política (ideológica)?

Comporta a atividade historiográfica o estender a toda e qualquer matéria a avaliação valorativa (política) e, em caso positivo, em que grau e modo?

Ou em que condições cabe promover a integração epistemologia-axiologia com vistas à recriação teórica, metodológica?

O pesquisador, consciente da contemporaneidade nacional, e em função de certo encaixe na conjuntura internacional, nos determinismos gerados pelos centros hegemônicos do capitalismo, em outras palavras, senhor de razoável perspectiva das carências estruturais e do "modelo" que busca superá-las, procede à escolha dos temas de seus trabalhos, defrontando-se com os problemas cruciais.

Nesse ponto, emerge um dos momentos graves, sérios, quando a decisão do investigador aponta para a relevância da tarefa. Decisão justa ou irrelevante, dependendo da criteriolgia usada que, a ser viável, deverá apoiar-se em lúcido posicionamento político, em consciente pensamento historiográfico, em coerentes saberes sociológicos, econômicos, antropológicos, etc, e numa sólida concepção do mundo.

Quando tais condições se revelam frágeis, inconsistentes, ou deliberadamente escamoteadas por um falso neutralismo, a eleição temática é arbitrária e, quase sempre, desinteressante, não oferecendo significância social de monta e comprometendo todo o esforço subsequente.

Quando, ao contrário, a escolha se opera com gravidade e com discernimento, de antemão assoma boa margem de êxito para a pesquisa.

Contudo, há um dado importante a ser levado em consideração, e diz respeito ao tempo institucional, geralmente marcado pela lentidão, pelos entraves de uma organização administrativa não suficientemente preparada para dar cobertura a projetos historiográficos, a investigações científicas de caráter social. Mesmo porque faltam mecanismos adequados, consciência clara do sentido dessas investigações e do que representam para a sociedade, para a própria administração.

Daí vem a seriedade da proposta de José Honório Rodrigues no sentido da criação do Instituto Nacional de Pesquisa Histórica.⁴

Ele abrigaria aqueles mecanismos, desenvolveria a Historiografia, incentivaria o acolhimento da pesquisa pelo complexo institucional, pelos diversos órgãos, como sua própria extensão.

Estou convencido de que o almejado aperfeiçoamento e ampliação da pesquisa histórica no País, encontra-se na dependência do grau de receptividade que lhe prestarem aqueles órgãos, aquele complexo institucional. O que, naturalmente, ocorrerá em concomitância com o desenvolvimento nacional, com o crescimento econômico, a abrirem canais de integração institucional, de colaboração dinâmica entre as unidades da administração pública, entre a universidade e essas unidades.

É algo a se realizar a longo prazo. Mas, nem por isso, se justifica a notória passividade da parte da generalidade dos órgãos com relação ao problema. Ele existe e demanda um esforço comum, disciplinado, planejado, e já sob o espírito da integração institucional, da universidade, como a entidade que mais tem debatido o tema da pesquisa, mesmo por situá-lo e explicitá-lo vocacionalmente, e das unidades envolvidas mais diretamente. E todas reunidas de começo para ampla discussão com o objetivo de diagnosticar o problema do ângulo do "lugar" institucional, mas com atenção, com vigilância nas implicações sociais. Principalmente as mais críticas, segundo os valores de uma concepção progressista do desenvolvimento.

O que de imediato adviesse daí já exibiria por certo excelentes frutos. Pois a aglutinação e o pleno entrosamento dos programas dos órgãos sintonizados acarretariam vantagens e benefícios incontestes para a pesquisa, agora extensamente embasada e assistida por uma congêrie de recursos materiais e humanos. Facilitar-se-ia o campo de visão, alargar-se-ia o espaço social da Historiografia, das ciências humanas, e auxiliar-se-ia a materialização das tarefas interdisciplinares. A temática das investigações ir-se-ia enriquecendo, como também as práticas metodológicas, ensejando a invenção epistemológica da História. Invenção essa que nasceria de decisões racionais ao redor de imenso leque de opções, recortando múltiplos "lugares" sociais e institucionais. E constantemente acompanhando o ritmo da mudança.

Vale dizer: cumpre detectar "situações" sem conta, produzidas pelo "modelo" do desenvolvimento, caracteristicamente histórico-sociais, e relacioná-las com a instituição ou complexo institucional que as enfrenta.

Avaliar a dinâmica desse relacionamento, modalidades e possibilidades de modificação para melhor da pesquisa histórica/social. Levantar as diretrizes teóricas da eleição dos temas, da periodização, da formação dos códigos hermenêuti-

cos, da seleção das fontes, tudo em função de uma realidade globalizante e em compasso de transformação.

Isso seria caminhar no sentido do processo de historicização, e da forma mais operacional. Porque busca a crescente aproximação entre os perfis mais atualizados de temporalidade e o "modelo" do desenvolvimento. De sorte que este seria ajudado valiosamente pela Historiografia.

Trata-se de uma proposta inserida no realismo utópico dos dias atuais, que forceja pela dinamização de todas aquelas "situações", levando à transposição dos fossos abertos pelos tempos diferenciais. Visão essa que, por si só, conscientiza e estimula a vontade de contribuir para o tratamento adequado das mesmas.

Creio que, a partir da avaliação meticulosa de tais "situações", de logo animada pelas leituras básicas sobre a formação nacional/regional, encontrar-se-iam os primeiros elementos do trabalho de pesquisa.

Cito um exemplo bastante concreto.

Há no Cariri cearense peculiar quadro estrutural-conjuntural, determinando feições singulares do regime agrário.

Fortes resquícios do passado aí permanecem, pesando principalmente sobre a organização da propriedade e das relações de trabalho nela vigentes. Os valores permeados de paternalismo, de misticismo, estruturam o discurso do camponês. O componente místico comporta uma série de desdobramentos sócio-culturais, valiosos da identificação dos padrões de conduta, de moralidade, de práticas e de hábitos de trabalho, de cooperação, etc.

Tal problemática suscita o interesse pelo episódio do Caldeirão, deflagrado pelos idos de 1936, e do que resultou a organização "comunista" na propriedade com aquele nome.

Trata-se do movimento messiânico liderado pelo beato José Lourenço.

Pois bem, a "situação" que em torno disso se formou, é pródiga na construção de enlaces significativos entre a religião, a economia, a estrutura social, constituindo um contexto sob os parâmetros da cultura rústica.

Os eventos aí ocorridos se iluminam pela visão do contexto.

A eficácia da interpretação do historiador condiciona-se ao emprego de código hermenêutico que o leve em conta.

E nessa interpretação devem aflorar orientações para a mudança regional, tendo presente a interseção entre os problemas atuais, persistentemente carregados da longa duração, e os do passado.

Vem, então, o imperativo de se estabelecer correlações operacionais entre hermenêutica e *praxis*, ideologia e reformas profundas, coisas que se entrelaçam na mente do historiador, na invenção epistemológica que empreende, na política desenvolvimentista, no "modelo" da mudança, se se pretende realmente promover a tarefa de cooperação institucional exposta.

É a expressão viva da proposta de planejamento social que reclama progressivamente a avaliação crítica das "situações", autênticas condensações histórico-sociais, ao lado e em complemento das atividades socioculturais e econômicas.

Uma proposta assimilada por política de desenvolvimento tendente a enfiar a resolução eficaz das graves disfunções fabricadas pelo economicismo tecnocrata, pela tônica exagerada sobre o crescimento econômico.

Ela se posiciona contra o generoso carreamento de recursos, de benefícios, para poucos, para a elite política, para os que detêm o poder econômico, numa distorção gritante dos critérios éticos e sociais daquela política, e forçando o agravamento da crise, com o alargamento da faixa de marginalidade, do que decorre a repetição das tradicionais práticas de dominação paternalista. Ou a modernização capitalista em algumas áreas rurais com o menosprezo, com o atentado pertinaz aos valores culturais, às aspirações comunitárias.

Retome-se, a esta altura, e com intensidade maior, a factualização da história, bloqueando-se a perspectiva globalizante, escorada na *praxis*, no elasticamento das fronteiras sociais, com o engajamento de historiadores, de cientistas sociais, de economistas, de administradores, de técnicos, da comunidade universitária.

Não se alimentem ilusões.

O trabalho de bloqueio investido, com sólidos respaldos, num "modelo" concentracionista de desenvolvimento, não obstante se defrontar com uma *intelligenza* comprometida na luta ideológica, na formação de uma consciência e de um pensamento históricos, na elaboração daquelas perspectivas globalizantes, tende a congelar ou a exaurir tais perspectivas com o decurso do tempo, pela crescente desritmia entre elas e a prática capitalista. Ou, concedendo o máximo, a permitir de fato o aparecimento de um mínimo de historiografia totalizante, abrangente, com o conservantismo ocupando ou reocupando espaços, a reanimar o *animus* positivista, a descrição dos episódios desligados dos seus condicionamentos estruturais, segundo a velha técnica de mistificação ideológica. E, ainda que, recalcitrante, continue desafiando o retrocesso, a tendência do protagonismo histórico é o esvaziamento de sua força crítica, pelo desfazimento ou severo amortecimento da cooperação institucional em que se apóia, a qual funciona como seu abastecimento regular.

Nessas condições, o bloqueio operado pelo "modelo" malsinado do desenvolvimento afeta substancialmente a pesquisa histórica, demonstrando claramente a urgência da participação política do historiador, em virtude mesmo da responsabilidade social que pesa sobre os seus ombros.

Ele deve situar a pesquisa na direção de um "modelo" de desenvolvimento, de mudança, voltado mais incisivamente para as bases sociais, para o mercado interno, para a organização da sociedade, para um modo de produção amplamente descentralizado e diversificado, conciliando os interesses nacionais e os regionais e instaurando relações de trabalho justas e humanas.

Tudo isso vai alargando as fronteiras do social, dinamizando os campos de historicidade.

De sorte que o historiador presencia e absorve um processo dinâmico de historicização das atividades em geral, predispondo-se para uma avaliação interpretativa globalizante, operacional e ajudando notoriamente a missão institucional, integrado ele próprio nessa missão.

Conseqüência desse fato é a maior diversificação das fontes que utiliza, em razão também da descoberta de novos níveis de historicidade, da formação de tramas históricas inéditas.

Então, dar-se-á a composição dialética entre a contemporaneidade, intensamente problematizada pela dinâmica social, e o passado cada vez mais próximo, à proporção que a aceleração do tempo histórico vai distanciando-o do centro de interesses do presente.

Vale dizer: a mudança social, na sua ação efetiva, agiliza a erradicação de padrões de existência material, de valores culturais, de organização social, modificando gradualmente as sedimentadas formas de vida tradicionais.

É a ocasião do surgimento de uma nova estrutura social, de modo a facilitar o advento de nova concepção da história.

Daí se alterar a estrutura do tempo e dos critérios do relacionamento presente-passado.

Mesmo porque aflora dominantemente o presente-futuro, produzindo o desligamento do presente com o passado distante até se efetivar uma aproximação desse passado, num ponto apontado pela articulação dos determinismos sociais ao nível da historicidade atualizada.

Trata-se de matéria de suma importância para o estabelecimento de critérios renovados de periodização, elevando a eficácia funcional das "situações". Algo que demanda exame apurado e sempre em consonância com a *praxis*, com as práticas sócio-econômicas, com a realização em marcha da identificação entre o processo histórico e o processo historiográfico.

Do ângulo da interdisciplinaridade e da confluência dos "lugares" institucionais, a atividade de pesquisa, socialmente objetivada, tende a distender o limiar epistemológico da história, revolucionando os níveis de prospecção dos episódios, das conjunturas e das estruturas.

Revela a dimensão atualizada do cotidiano, dos mecanismos que o informam, da inserção que produz na historicidade mais densa, a de um contexto trabalhado por rigorosos conceitos analíticos, de modo a obliterar ou colocar na sombra a realidade solta, desarticulada pelo factualismo, pelas exegeses tendenciosas.

Um cotidiano, aparentemente vulgar, que contém, na verdade, as práticas espontâneas, estuantes de vigor cultural, uma intimidade obscurecida por construções historiográficas recobertas pelo formalismo estéril, pelas sínteses pouco abonadas pela seleção elitista da matéria histórica.

Judiciosa a intervenção de Agnes Heller:

"A vida cotidiana não está 'fora' da história, mas no 'centro' do acontecer histórico: é a verdadeira 'essência' da substância social. Nesse sentido, Cincinato é um símbolo. As grandes ações não cotidianas que são contadas nos livros de história partem da vida cotidiana e a ela retornam. Toda grande façanha histórica concreta torna-se particular e histórica precisamente graças a seu posterior efeito na cotidianidade." ⁵

É de se reconhecer que, nesse terreno, depara-se o pesquisador com poderosos estímulos de criatividade, de invenção, ampliando aquele limiar epistemológico.

Nele pululam sugestões sem conta, fios condutores da apropriação de apreciável soma de dados, pistas de novas fontes, índices da duração, de qualificação dos eventos. O que, devidamente controlado, se compõe dialeticamente com a teorização desse cotidiano, algo bastante subestimado por metodologias científicas de matizes vários, notoriamente as de extração positivista funcionalista, que pecam pelo logicismo, pelo tecnicismo. Metodologias que omitem, consciente ou inconscientemente, sobretudo por motivos ideológicos, as manifestações *menores e dispersas* da vida humana, no interior das comunidades, dos círculos que formam a microssociedade, no externar dos gestos típicos, das atitudes comuns que recobrem todo um universo de coisas significativas, esclarecedoras por vezes de "situações".

Para descer operacionalmente ao cotidiano, porém, o investigador terá de romper com os perfis demasiado formais de pesquisa, de produção de conhecimento histórico, que o prendem exageradamente ao documento escrito, deixando-o impregnado por uma visão limitada da realidade, tanto do presente, quanto do passado.

Nesse ponto, a invenção, a criatividade, irrompem vigorosamente.

O historiador não se deve ocupar rigidamente com os hábitos científicos, que levam a uma tematização de escola, institucionalizada. Cabe-lhe perquirir o domínio do atemático, do que se vem mantendo fora das preocupações ordinárias da pesquisa.

Isso traz, sem dúvida, o enriquecimento da epistemologia histórica, na medida do que aí aprofundar.

Relações valiosas entre eventos, conjunturas e estruturas são encontradas com a verticalização do cotidiano.

Não se furte o investigador à indagação e à descoberta de níveis inéditos do contexto histórico-social. Do que deu magnífico exemplo Michel Foucault.⁶

Para tanto, é preciso superar preconceitos e hábitos cristalizados, geralmente preservados por ideologias conservadoras, as quais, por sua vez, fecundam o tempo institucional, demorando-se aquém das exigências do tempo social.

Em virtude dessa desritmia, a pesquisa histórica fica deveras condicionada pelos "modelos" impostos por órgãos universitários, administrativos ou técnicos, pelas perspectivas de trabalho doadas pelos "lugares" institucionais, pelas técnicas repetidas de investigação.

Assim, tarefa desse tipo demanda margem elástica de liberdade ao historiador.

Não apenas para remanejar o instrumental em uso, mas também para exercer com plenitude a criatividade pessoal.

Compete-lhe revolucionar algumas vezes a concepção da história, rasgando horizontes de rica temática, devassando patamares da concreção urdida nos desdobramentos temporais, na mudança. Esta a se apresentar carente de prospecções que recolham os seus mecanismos sutis e interligados.

Interessante, por exemplo, a percepção nascente de aproximações íntimas entre planos da cultura inerente à unidade de historicidade posta em relevo e a trama factual-conjuntural, expressando com novos significados e valores a narrativa e determinando emergentes perfis de interpretação.

Tal vai processando dinamicamente a incorporação do cotidiano, de variada fenomenologia, ao continente da história, aos escritos historiográficos. E de uma forma que ajuda enormemente no aprofundamento da mudança social. A qual se articula significativamente com o processo em referência de adensamento da realidade histórico-social. Portanto, com efeitos de grande monta para o controle pragmático dessa mudança.

Este controle está a reclamar, para se efetivar plena e largamente, o que até hoje não ocorreu, a verticalização do processo histórico. De sorte a colher crescentes manifestações de concreção, desenhadas no contexto de tempos diferenciais, das dinâmicas sociais, construindo quadros específicos de mudança.

Então, fabricam-se extraordinários suportes de programações predispostas, de modo realístico, à materialização exitosa. Porque postas em sintonia com a tendência socializadora, com a ampliação do espaço democrático, com as metas de aprimoramento das políticas governamentais. Estas, até hoje, não têm alcançado resultados significativos, dentre outras causas, por não se articularem com as bases sociais, com as particularidades históricas, ficando no formalismo tecnizante, na verdade, um sério empecilho às propostas de revigoração do campo historiográfico.

Veja-se, porém, que, em face da limitada estrutura institucional, fator de retardamento e de bloqueio de projetos historiográficos, a compatibilização dessas coisas não se há verificado, como de desejar, e o unilateralismo de ação dos diversos órgãos vem afetando substancialmente a pesquisa. A começar mesmo pela avaliação de recursos a ela destinados.

Vale dizer: a precariedade do relacionamento entre aqueles órgãos dita a fragilidade de uma participação comum em algo de tanto interesse coletivo.

A experiência proclama a urgência de, especialmente nesse período de pré-consciência histórica, estímulo às vocações mais destacadas de pesquisador, com a criação de programas especiais de trabalho para professores, historiadores ou técnicos, objetivando a abertura de campo fecundo de realizações, desde o levantamento crítico de fontes até a exegese aprimorada dos eventos. E com aquele sentido de integração das dimensões do real no contexto da mudança.

Com efeito, há pesquisadores altamente vocacionados os quais, sob pesados sacrifícios, acumularam notáveis êxitos, rasgando horizontes e devassando áreas virgens. E sem que a instituição universitária ou qualquer outra sequer valorize, na medida esperada, tarefa de tanta relevância científica e social.

Já que se falou em instituição universitária, anseia-se por uma definição bastante explícita desta, com vistas ao problema ora ventilado, na verdade a atingindo substancialmente. Uma vez que a maioria dos pesquisadores, pelo menos os de formação qualificada, pertencem aos seus quadros.

Sabe-se que o seu atual regime de trabalho não se coaduna racionalmente com a natureza e os objetivos da pesquisa.

Isso se vem sentindo cada vez mais.

Parece ser de bom alvitre o incentivo aos mais vocacionados para tarefa desse porte, dando-lhes condições especiais de atuação na universidade. E sem perturbar nela o processo de institucionalização em novos moldes da mesma pesquisa, como também em todo o espectro institucional.

Tal incentivo seria mesmo um meio de mentalização e de alargamento daquele processo.

Tenha-se, contudo, em mente a necessidade de se manter sempre em andamento iniciativa como essa, ainda quando avançada a institucionalização em objeto.

É que, conforme se deixou há pouco latente, o tempo institucional não se compatibiliza plenamente com o tempo acelerado dos pesquisadores privilegiados, excelentemente dotados.

Persiste ininterruptamente profundo desnível entre ambos, mostrando a conveniência de se amparar tais pesquisadores.

Como?

Proporcionando-lhes flexível raio de ação, possibilitando-lhes recursos amplos de trabalho, dotando-lhes de facilidades de desempenho no complexo institucional e animando-os ao aperfeiçoamento nas práticas interdisciplinares, ao contacto com experiências comunitárias.

Certo que a universidade não se tem sensibilizado com o grande potencial, e não devidamente aproveitado, de pesquisadores de alto nível.

Não alimenta o hábito de desenvolver efetivamente o espírito pioneiro, a "invenção".

Pouco ou nada estimula experiências no campo da pesquisa, para não aludir a outros.

No entanto, deveria converter-se, com notáveis rendimentos futuros, afora as tarefas ordinárias, num laboratório de ensaios, no propósito saudável de aproximar-se mais e mais das bases sociais, de engajar-se na problemática nacional/regional.

Ora, aí está o *punctum saliens* de muitas questões que afligem a instituição.

Tal se relaciona, por outro lado, com o nivelamento a que se sujeitou o pessoal docente, vítima de injustificável quebra de hierarquia funcional, malgrado continuar inserido em categorias diferenciadas. E sem qualquer veleidade elitista. O que se compagina com a massificação do ensino superior no País, produzindo o aumento das horas de aula, em detrimento da pesquisa.

Esta, racionalmente planejada e aplicada, transmutar-se-ia numa estrutura avançada de realizações pioneiras.

Primeiramente, franquearia o aperfeiçoamento quase constante do processo pedagógico, nutrindo-o com metodologias, técnicas e horizontes sociais.

E daí muito revertendo, aumentado, para si, assumindo uma linguagem nova.

Depois, dito processo pedagógico, sensivelmente reconstituído, predispor-se para instrumentalizar a integração institucional, rompendo a solidão em que se encontra, espancando a rotina enervante a que se reduziu.

Ou se absorve quanto antes essa reivindicação vital, pelo menos gradualmente, e já com a correção da defasagem incrível entre ensino e pesquisa, ou então a universidade acabará por perder toda a sua substância, entregando-se de uma vez por todas ao espetáculo grotesco de guardiã de aparências, de ficções, recobertas pelo veu diáfano do vocabulário técnico dos estatutos, dos regulamen-

tos, do aparato legislativo, cujos "semas" há muito se esvaziaram no jogo insano das manobras do país legal, persistindo em desconhecer o país real.

Incrível como se patinha, como se conservam os pés presos ao solo, sem desprendê-los para a caminhada necessária nesse setor, apesar das reformas universitárias.

Não se desperta com a denúncia de que, e ficando apenas no assunto ora ventilado, o elastecimento do limiar epistemológico da história passa pela mediação do complexo institucional devidamente reorientado, principalmente da universidade, e na busca permanente da distensão das fronteiras sociais. E numa intercorrência dialética cuidada diariamente, apascentada pela pertinácia e pelo espírito criador, a perpassarem os pólos de irradiação e de processamento da mensagem que anima os protagonistas da mudança.

Todavia, faz-se conveniente a implantação de mecanismos flexíveis da política de pessoal na universidade, particularmente, para se atenderem os pré-requisitos ótimos, não apenas da pesquisa privilegiada, como também da estrutura geral que a sustenta, ao lado de outras menores, de imediata articulação com o ensino, com a problemática local.

Eis que, com esse fim, urge empreender a desburocratização completa da universidade, libertando-a da rotina, dos procedimentos administrativos por demais paralisantes, ou indutores de propostas retardatárias, em tudo adversos à dinâmica da pesquisa, à integração institucional que a favorece, ao rendimento da extensão, do ensino. Coisa, aliás, que se faz também objeto de pesquisa, para se materializar plenamente o enlace dialético entre o elastecimento do limiar epistemológico da história e o alargamento das fronteiras do social.

A não se perquirir o dado institucional, através de projetos também interdisciplinares, de preferência, ver-se-á bastante obstruído aquele enlace, sofrendo os percalços de um instrumental não regularmente dinamizado e, por vezes, desatualizado.

É de se realçar a exigüidade das pesquisas alcançando a dimensão universitária, para não indicar outros níveis institucionais.

Para não deixar em branco espaço tão pouco explorado, destaque-se tese de mestrado, defendida no Departamento de Ciências Sociais e Filosofia.⁷

Ocupa-se ela da presente inserção da Universidade Federal do Ceará no contexto cearense, tipificando um comportamento frente à mudança. O que promove em meio a ampla problematização.

Sem dúvida, impulsiona a consciência dos novos papéis da instituição, dos seus cursos, no centro propulsor da sociedade global.

Aí se compõem história e ciências sociais, ajudando a enfrentar com eficácia o Projeto da mudança a nível local, regional e nacional.

Todavia, continuam pairando no ar muitas perguntas, exigindo prontas respostas. Sem as quais não se tematizará perfeitamente a cooperação e o rendimento institucionais, no interior do discurso epistemológico da história. Algo de todo imprescindível à obtenção transparente de uma abordagem totalizante, compreendendo não apenas os objetos maiores da pesquisa, mas também as mediações que agilizam a captura lúcida dos mesmos objetos. E com o *desideratum* que deve ser uma constante na produção historiográfica: o de aproximá-la mais e mais da *praxis* histórico-social.

Assim, implanta-se a coordenação funcional do "lugar" social, do "lugar" institucional e do "lugar" teórico, no domínio da historiografia.

A propósito, percuciente a análise de Michel de Certeau:

"Considerar a história como uma operação, será tentar, de um modo necessariamente limitado, compreendê-la como a relação entre um *lugar* (um recrutamento, um meio, um ofício, etc.) e *procedimentos* de análise (uma disciplina). É admitir que a história faz parte da 'realidade' da qual trata, e que essa realidade pode ser captada 'enquanto atividade humana', 'enquanto prática'. A partir dessa perspectiva, gostaria de demonstrar que a operação histórica se refere à combinação de um *lugar* social e de práticas 'científicas' ".⁸

A esta altura, retome-se o que foi dito anteriormente acerca do imperativo da não aceitação de padrões rígidos de formalização da pesquisa, dentro mesmo dos objetivos da dita coordenação.

O que significa isso mais precisamente?

Trata-se de superar certos condicionamentos institucionais, delimitando o alcance das perspectivas e o emprego do instrumental heurístico. Fruto de estereótipos consagrados acriticamente, fazendo pesar sobremaneira os hábitos de uma tradição acadêmica. E justamente o academicismo está por ser convenientemente rebatido. Ele inclusive se articula com o elitismo, com uma concepção da ciência e da história que franqueia considerável grau de alienação dos escritos históricos. Quando não, uma abordagem que não desce aos meandros da cultura popular, ao território da "desvalia" social, da marginalidade.

Algumas análises, horrorosas exceções, ao conseguirem deter-se na ótica dos dominados, na estruturação de suas práticas sócio-culturais e econômicas, o fazem com inaudito esforço, reunindo penosamente os materiais de que necessitam.

Então, os canais institucionais estão obstruídos para esse tipo de trabalho, despreparado *in totum*, por se constituírem aparelhos político-ideológicos, consciente ou inconscientemente, das estruturas autoritárias.

Faltam-lhes mentalidade, pessoal e recursos de toda sorte para servirem de suporte racional até mesmo à pesquisa convencional, quanto mais à pesquisa histórica socialmente reorientada.

De modo que persiste grave desfuncionalidade no setor, intensificando, na medida do desenvolvimento da consciência histórica da nova metodologia, o desnível entre o tempo institucional, o tempo social e o tempo epistemológico.

Há muito que fazer no sentido da solução do problema.

Cumprе despertar já nos cursos de História para a serventia da estrutura conceitual, e aqui os conceitos analíticos se prestam a oportunas reflexões.

Em grande parte, eles determinam o padrão sofisticado, formal, das narrativas históricas, distanciando-as de enfoques mais descontraídos e livres, necessariamente abrangentes.

Vem daí a nota erudita e sobreposta do entrecho, da linguagem, agilizando o discurso científico (ideológico).

A cientificidade aí fica muito numa visão positivista, afetando a elaboração de conceitos existenciais, na realidade os grandes instrumentos de articulação do discurso histórico.

No entanto, observe-se que a especificidade das circunstâncias históricas exige uma prudente atitude do pesquisador, que leve a uma utilização sóbria dos conceitos analíticos, geralmente provenientes das ciências sociais. De sorte a não perturbar a emergência diáfana da historicidade, feita substancialmente de cultura, de movimentos concretos, de descontinuidades.

Nisso se abre uma via fecunda de criações singulares, de "situações" que apresentam infinitas perspectivas, deixando ver a insuficiência e a precariedade do instrumental científico positivista, embebido de noções rígidas de regularidade, de generalização. Ou, quando não, tocado pelo afã de prender os acontecimentos a determinadas categorias filosófico-ideológicas, pouco rentáveis do ponto de vista da concreção histórica.

Evidentemente, não pode fugir o pesquisador ao uso de estruturas conceituais. Vale dizer: a mobilização do aparato científico de sua época para o completo ordenamento e sistemática de seus estudos.

Deve, porém, fazê-lo considerando-o estritamente um recurso mediador, jamais um fim em si mesmo, ou um instrumento limitador da emergência de potencialidades, de riquezas históricas.

O perigo é permanente. A força do hábito, dos preconceitos, da rotina institucional, conspira implacavelmente contra a criatividade, que consiste, basicamente, no recolhimento sempre ampliado de relações inéditas, de níveis da realidade histórico-social, no adentramento em campos fáticos até então sombreados ou marginalizados. O que implica necessariamente a formação de um pensamento a se compor com as práticas historiográficas. E a surgir nos ensaios diuturnos de alargamento do limiar epistemológico, em intimidade dialética com o devassamento crescente daqueles campos.

É de estranhar não se haver intentado entre os historiadores brasileiros, a não ser algumas tentativas válidas mas sem a repercussão almejada, a empresa sistemática de teorização da história, e levantando toda a problemática ora apontada.

O produzido nesse terreno se ressentia de limitações estruturais. Ainda se restringe à indicação de metas gerais, às denúncias do estágio incipiente da consciência histórica no País.

Em última análise, tal é ocasionado pelo retardamento do exercício epistemológico com relação ao progresso dos perfis de exegese e de aprofundamento da trama conjuntural e episódica da história nacional/regional. O que é natural num período de "descobertas" e de soltura das amarras da velha historiografia.

A pretendida compatibilização haverá de vir um dia, no eixo de uma contemporaneidade crítica e tumultuada.

NOTAS DE REFERÊNCIA

- 1 RODRIGUES, J. H. A Historiografia Brasileira e o Atual Processo Histórico, in: *História e Historiadores do Brasil*, São Paulo, Fulgor, 1965, pág. 15.
- 2 FERNANDES, F. *Da guerrilha ao socialismo: a Revolução Cubana*. São Paulo, T. A. Queiroz Editor, 1979, pág. 156
- 3 VILAR, P. História marxista, história em construção. In: *História: Novos Problemas*. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves Editora, 1976, pág. 146
- 4 RODRIGUES, J. H. *A pesquisa histórica no Brasil*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 2ª edição, 1969, pág. 239 e ss.
- 5 HELLER, H. *O cotidiano e a História*. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1972, pág. 20.
- 6 Veja-se a propósito a magnífica síntese de Bernard-Henry LEVY: O sistema Foucault. In: *Políticas da Filosofia*. Lisboa, Moraes editores, 1977, pág. 145-152.
- 7 MARCHETTI, Maria Lujan. *Universidade: Produção e Compromisso*. Fortaleza, Edições UFC, 1980, pág.
- 8 A Operação Histórica, in: *História: Novos Problemas*, ob. cit., pág. 18.

